



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ENSINO DE PORTUGUÊS PARA SURDOS**

Paulo Jose Chaves Mendanha

Florianópolis
2019

Paulo Jose Chaves Mendanha

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ENSINO DE PORTUGUÊS PARA SURDOS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Linguagens e Educação a Distância, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina – Polo Palhoça.

Orientadora: Dra. Aline Lemos Pizzio

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Mendanha, Paulo Jose Chaves
Ensino de português para surdos / Paulo Jose Chaves
Mendanha ; orientador, Aline Lemos Pizzio, 2019.
52 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Curso de
Especialização em Linguagens e Educação a Distância ,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1.Linguagens . 3. Educação. I. Pizzio, Aline Lemos. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Especialização em
Linguagens e Educação a Distância . III. Título.

Paulo Jose Chaves Mendanha

Ensino de Português para surdos

O presente trabalho em nível de especialização foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dra. Aline Lemos Pizzio
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dra. Débora Campos Wanderley
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Ma. Danielle Vanessa Costa Sousa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que já foi julgado adequado para a obtenção do título de especialista em Linguagens e Educação a Distância.

Prof. Dr. Celdon Fritzen
Coordenador do Programa

Prof. Dra. Aline Lemos Pizzio
Orientadora

Florianópolis, 30 de agosto de 2019

Este trabalho é dedicado aos meus colegas
de classe e aos meus queridos pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores pelos ensinamentos, paciência e disponibilidade desde o início, sempre buscando inspirar constantemente ao crescimento pessoal.

Às tutoras presenciais e a distância que não mediram esforços para que o curso se mantivesse, mesmo com tantos percalços enfrentados durante o percurso. Mais do que isso, agradeço a paciência que elas tiveram por ouvir nossos desabafos e frustrações momentâneas, bem como nos incentivar a continuar quando nosso maior desejo era desistir.

À Universidade Federal de Santa Catarina, Polo UAB Palhoça pela infraestrutura física e intelectual disponibilizada.

A todos os colegas que contribuíram de forma direta ou indireta na consecução desta obra.

Aos amigos e familiares, em especial aos meus pais e a minha irmã, por nunca desistirem.

Muito obrigado!

RESUMO

Esta pesquisa concentrou-se em estudar e definir estratégias eficientes que possam ser aplicadas em sala de aula por professores de língua portuguesa que lecionam na educação básica em turmas regulares que tenham alunos surdos regularmente matriculados. Além disso, descobriu-se quais estratégias de ensino de português já existem na educação de surdos e quais são os novos métodos desenvolvidos para ensinar língua portuguesa para alunos surdos. Através da pesquisa bibliográfica e da consulta às pesquisas acadêmicas mais recentes, é possível definirmos quais métodos existentes são eficientes e então sugerir materiais didáticos aos professores de língua portuguesa atuantes em turmas com alunos surdos. Podemos também delimitar o papel do professor regente e do tradutor intérprete de língua de sinais no processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa na modalidade escrita para surdos.

A Lei do Diretório de 3 de maio de 1757 determinou a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa na então colônia portuguesa (Brasil). Através desta Lei, Marquês de Pombal proibiu o ensino e o uso da língua local (tupi). O português é instituído como língua única no território brasileiro. A finalidade deste ato governamental era enfraquecer o poder da Igreja Católica sobre a colônia. Inicialmente, o ensino da gramática da língua portuguesa baseava-se no seguinte princípio: servir de apoio à aprendizagem da gramática latina. Entretanto, à medida que o latim foi perdendo seu uso e valor social, culminando com sua extinção do sistema de ensino fundamental e médio brasileiro, aproximadamente no século XX, a gramática da língua portuguesa foi ganhando autonomia e fortalecendo-se como uma área de conhecimento, mas ainda alheia à “língua brasileira” (Soares, 1996, p. 15).

Nos anos 50, o aumento das possibilidades de acesso à escola, antes espaço de poucos e privilegiados, tornou necessárias mudanças nas disciplinas curriculares e nos objetivos da escola, bem como no conteúdo da disciplina Português. É então que gramática e texto, estudo sobre a língua e estudo da língua, começam a constituir uma disciplina com um conteúdo articulado: ora é na gramática que se vão buscar elementos para a compreensão e a

interpretação do texto, ora é no texto que se vão buscar estruturas linguísticas para a aprendizagem da gramática (Soares, 1996, p.17).

Desde então, cresceu o número de pesquisas e estudos acadêmicos para aprimorar o ensino de Língua Portuguesa nas escolas de ensino regular. Muito material didático foi produzido e isso contribuiu significativamente para a criação de novas metodologias de ensino de português. Porém, as metodologias aplicadas geralmente utilizam-se de estímulos orais auditivos que normalmente são bem-sucedidas ao ensinar alunos ouvintes que dominam a língua portuguesa na modalidade oral. Mas tais metodologias não se aplicam a alunos surdos, que tem a língua de sinais como primeira língua e comunicam-se através dela. Nesse aspecto ainda existe poucos estudos acadêmicos e materiais didáticos que auxiliem aos professores de português na educação de surdos. A presente pesquisa estabelece alguns aspectos importantes da educação de surdos e metodologias de ensino de português como segunda língua para alunos surdos.

Palavras chave: ensino de português, segunda língua, metodologias, educação de surdos,

ABSTRACT

This research focused on studying and defining effective strategies that can be applied in the classroom by Portuguese-speaking teachers who teach basic education in regular classes with regularly enrolled deaf students. In addition, it was found out which Portuguese teaching strategies already exist in deaf education and what are the new methods developed to teach Portuguese language to deaf students. Through bibliographic research and consulting the most recent academic research, it is possible to define which existing methods are efficient and then suggest teaching materials to Portuguese language teachers working in classes with deaf students. We can also delimit the role of the conducting teacher and sign language interpreter in the process of teaching and learning Portuguese in the written mode for the deaf.

The Law of the Directory of May 3, 1757 determined the compulsory use of the Portuguese language in the then Portuguese colony (Brazil). Through this Law, Marquês de Pombal prohibited the teaching and use of the local language (Tupi). Portuguese is established as a single language in the Brazilian territory. The purpose of this governmental act was to weaken the power of the Catholic Church over the colony.

Initially, the teaching of grammar of the Portuguese language was based on the following principle: to support the learning of Latin grammar. However, as Latin lost its use and social value, culminating with its extinction of the Brazilian elementary and middle school system, approximately in the twentieth century, the grammar of the Portuguese language was gaining autonomy and strengthening itself as an area of knowledge, but still alien to the "Brazilian language" (Soares, 1996, p.15).

In the 1950s, increasing possibilities for access to school, once space for the privileged few, made it necessary to change the curricular subjects and the objectives of the school, as well as the content of the Portuguese discipline. It is then that grammar and text, study on the language and study of the language, begin to constitute a discipline with an articulated content: sometimes it is in the grammar that one searches for elements for the comprehension and the

interpretation of the text; Will seek linguistic structures for learning grammar (Soares, 1996, p.17).

Since then, there has been a growing number of research and academic studies to improve Portuguese language teaching in regular schools. Much didactic material was produced and this contributed significantly to the creation of new methodologies of Portuguese teaching. However, the applied methodologies are generally used of auditory stimuli that are usually successful when teaching hearing students who dominate the Portuguese language in the oral modality. But such methodologies do not apply to deaf students, who have sign language as their first language and communicate through it. In this aspect there are still few academic studies and didactic materials that help Portuguese teachers in the education of the deaf. The present research establishes some important aspects of deaf education and methodologies of teaching Portuguese as a second language for deaf students.

Keywords: Portuguese language teaching, second language, methodologies, deaf education

SUMÁRIO

	Pág.:
1. INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1. História da educação de surdos	15
2.2. Bases para proposta educativa	20
2.3. Exemplo de educação bilíngue	24
2.4. Estudo comparativo de surdos que estudaram em ambientes bilíngues e não bilíngues	38
2.5. Aspectos da leitura e escrita do surdo	39
2.6. Escrita de sinais	42
2.7. Análise dos dados obtidos	46
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
4. REFERÊNCIAS	49

1. INTRODUÇÃO

A Língua é um instrumento de comunicação, sendo composta por regras gramaticais que possibilitam que determinado grupo de falantes consiga produzir enunciados que lhes permitam comunicar-se e compreender-se. A língua possui um caráter social e pertence a todo um conjunto de pessoas, as quais podem agir sobre ela. Cada membro da comunidade pode optar por esta ou aquela forma de expressão. Por outro lado, não é possível criar uma língua particular e exigir que outros falantes a compreendam. Dessa forma, cada indivíduo pode usar de maneira particular a língua comunitária, originando a fala. A fala está sempre condicionada pelas regras socialmente estabelecidas da língua, mas é suficientemente ampla para permitir um exercício criativo da comunicação. Com base nesses conceitos, podemos afirmar que a Libras (Língua Brasileira de Sinais) é uma língua, pois atende a todos os requisitos para ser considerada como tal. Ela possui regras gramaticais que possibilitam que determinado grupo de sinalizantes consiga produzir enunciados que lhes permitam comunicar-se e compreender-se.

Os surdos brasileiros utilizam a Língua Brasileira de Sinais, uma língua visual-espacial que apresenta todas as propriedades específicas das línguas humanas. É uma língua utilizada nos espaços criados pelos próprios surdos, como por exemplo, nas associações, nos pontos de encontros espalhados pelas grandes cidades, nos seus lares e nas escolas. Entretanto, os surdos convivem diariamente com a língua portuguesa na sua modalidade escrita, pois esta é a língua utilizada pela maioria da população brasileira e é ensinada nas escolas como conteúdo curricular obrigatório.

Segundo Quadros (1997) a maior parte dos adultos surdos brasileiros demonstram o fracasso das inúmeras tentativas de se garantir linguagem através da língua oral-auditiva do país, a língua portuguesa. Todos os profissionais envolvidos na educação de surdos que conhecem surdos adultos admitem o fracasso do ensino da língua portuguesa, não somente enquanto língua usada para a expressão escrita, mas, principalmente, enquanto língua que permite o desenvolvimento da linguagem.

Segundo Martinho (2007, p 14), a comunicação, como definição elementar pode ser entendida como “mensagem trocada entre um receptor e um

emissor”. Através das discussões, os indivíduos constroem argumentos, conhecem as ideias defendidas por outros e negociam significados. Para Martinho (2007, p. 36), “quando o aluno se envolve no processo de explicar as suas ideias aos outros e com o objetivo de ser entendido, ele próprio pode sentir uma evolução nas suas compreensões”.

Portanto, para assegurar ao surdo o acesso a um ambiente de aprendizagem se faz necessário um conjunto de estímulos visuais capaz de efetivar a comunicação entre os indivíduos.

A língua de sinais dos surdos é natural, pois evolui como parte de um grupo cultural do povo surdo. Possui gramática onde, por exemplo, a orientação e a configuração da mão podem mudar o significado do sinal, assim como apenas uma letra pode diferenciar significativamente uma palavra nas línguas orais.

Nessa forma de comunicação o uso das mãos é fundamental, mas não são os únicos veículos usados nas línguas de sinais para produzir informação linguística. Os surdos fazem o uso extensivo de marcadores não manuais como, por exemplo, as expressões faciais que se tornam importantes elementos gramaticais compondo a estrutura da língua.

As línguas orais e as línguas de sinais são similares em seu nível estrutural, ou seja, são formadas a partir de unidades simples que, combinadas formam unidades mais complexas. Diferem quanto à forma como as combinações das unidades são construídas. Enquanto as línguas de sinais, geralmente, incorporam as unidades simultaneamente, as línguas orais tendem a organizá-las sequencialmente e linearmente. Essa diferença se dá devido ao canal de comunicação em que cada língua se estrutura.

Constantemente atribui-se um status menor, inferior e teatral à língua de sinais, quando definido e comparado à mímica. Diferentemente das mímicas, que tentam representar um objeto tal como ele existe na realidade, a língua de sinais mostra o símbolo convencionado de um objeto. Sendo assim, mímica e sinais, se diferenciam drasticamente.

A língua de sinais tem todas as características de qualquer língua humana natural. É necessário que nós, indivíduos de uma cultura de língua oral, entendamos que o canal comunicativo diferente (visual-gestual) que o surdo usa

para se comunicar não anula a existência de uma língua tão natural, complexa e genuína como é a língua de sinais (GESSER, 2009, p. 21-22).

É correto afirmar que através da língua de sinais se consegue expressar ideias ou conceitos abstratos, sentimentos, emoções. Da mesma forma que os falantes de línguas orais, os sinalizantes de línguas de sinais conseguem discutir filosofia, política, literatura, assuntos cotidianos etc. nessa língua, além de transitar por diversos gêneros discursivos, criar poesias, fazer apresentações acadêmicas, peças teatrais, contar e inventar histórias e piadas.

O aprendizado de Libras tornou-se obrigatório nos meios acadêmicos após a Lei nº 10.436/2002, que foi regulamentada pelo Decreto 5.626/2005, que efetivou o reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão dos surdos e garantiu a sua inclusão nos cursos de Licenciatura em nível superior. Entretanto, nas salas de aula regulares, o processo de ensino continua tendo como base, quase que exclusivamente, estímulos sonoros. Os professores tendem a utilizar a aula expositiva como principal recurso e, conseqüentemente, a comunicação oral é mais utilizada, em muitos casos, em detrimento da linguagem visual.

Observa-se a chegada dos surdos aos níveis de formação cada vez mais elevados, fruto do longo tempo de luta. Entretanto, a dificuldade de inserção na sociedade, projetada em um senso comum que não abrange as diversidades e muito menos as pessoas com necessidades específicas, amplia a dificuldade linguística encontrada por eles. Isso é agravado pela riqueza estrutural da Libras, na qual o sistema linguístico de natureza visual-espacial modifica o padrão existente de conhecimento de línguas, dificultando o seu aprendizado para os ouvintes.

A língua de sinais é uma língua visual-espacial, utilizada na comunicação dos surdos. É a língua natural e visual dos surdos, que representa a cultura surda e a identidade surda. É diferente das línguas oral-auditivas, como a língua portuguesa, que é a segunda língua dos surdos, os quais no Brasil devem aprender as modalidades da leitura e escrita dessa língua.

Esta pesquisa não tem a pretensão de indicar soluções prontas ou ensinar uma fórmula mágica para ensinar língua portuguesa na modalidade escrita para surdos. Esta pesquisa tem por objetivo contribuir para que professores e professoras questionem e busquem respostas sobre como os surdos aprendem

e se relacionem com as línguas e contribuir para que os educadores não se acomodem no processo de ensino-aprendizagem de pessoas surdas, que tem direitos à educação e a escolarização, conforme garante a Constituição Federal.

A metodologia principal utilizada foi através de pesquisas bibliográficas e consulta aos diversos materiais e estudos acadêmicos recentes publicados por diversos pesquisadores do tema ao redor do país.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho foi desenvolvido com base nas pesquisas acadêmicas já existentes sobre o tema, e pretende abordá-las de maneira sucinta a fim de explicitar as estratégias que deram certo no ensino de português para surdos. Inicialmente, é abordado de maneira resumida a história da educação dos surdos e como o aprendizado da língua portuguesa escrita sempre se apresentou como um desafio no processo de escolarização da comunidade surda.

Além disso, esta pesquisa pretende sugerir para professores de português de alunos surdos, abordagens e metodologias que merecem ser consideradas na educação de surdos. Não existe uma fórmula mágica para ensinar língua portuguesa para surdos, mas com base nas experiências de professores bilíngues, surdos e ouvintes, podemos destacar métodos que deram certo e que podem auxiliar no processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos, a fim de se obter êxito no ensino do português escrito como segunda língua.

2.1 História da educação de surdos

A história da educação de surdos é marcada por diversas tentativas e métodos de comunicação. Algumas pessoas se dedicaram a ensinar aos surdos e, principalmente, a se comunicarem com eles por meio dos sinais. Dentre os principais nomes, destaca-se o abade L'Épée, francês que criou a primeira escola para surdos na cidade de Paris, no ano de 1760, sendo referência na formação de professores surdos e servindo como incentivo à

fundação de muitas outras escolas em diversos países.

Outra personalidade vinculada à educação de surdos é Hernest Huet, professor surdo, também francês, que veio ao Brasil, para fundar a primeira escola para surdos, a convite de D. Pedro II.

Na história da educação de surdos, é importante destacar os métodos utilizados pelos professores envolvidos no processo de ensino e comunicação de surdos. Com a proibição da língua de sinais no ano de 1880, o método de comunicação passou a ser apenas a oralização ou método oralista, baseado na concepção de que o surdo deveria se expressar através do treino da fala e utilizar-se da leitura labial – (leitura dos lábios de quem está falando). O segundo método utilizado na educação de surdos, na verdade, é resultado da junção da língua oral com a língua de sinais, sendo chamado de método da comunicação total, que surgiu por volta de 1970. Salienta-se que a língua de sinais tem características gestuais-visuais, diferenciando-se, portanto, da língua oral. Esse método, na verdade, pouco contribuiu para a comunicação efetiva dos surdos, podendo até mesmo ter levado ao uso inadequado da língua de sinais, pois deu origem ao que denominamos, atualmente, de português sinalizado; utilizado por quem não conhece verdadeiramente a língua de sinais em sua estrutura e características próprias. A terceira política linguística implementada denomina-se bilinguismo, sendo baseado no aprendizado da língua de sinais como primeira língua do surdo. Segundo essa proposta, que surgiu por volta da década de 80 e perpetua-se até os dias de hoje, a criança surda deveria iniciar precocemente o contato com adultos surdos, que a ensinariam a língua de sinais, sua língua natural e, somente a partir desse momento, teria condições de iniciar o aprendizado da língua oral como segunda língua.

Analisando a história da educação dos surdos, podemos afirmar que apenas a política linguística denominada bilinguismo foi eficiente no processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos, visto que leva em conta a especificidade da língua de sinais e utiliza-se dela para ensinar a língua portuguesa, sendo, portanto, a política ideal a ser aplicada atualmente.

A Constituição Federal de 1988 declara que “A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil” (p.15, art. 13). A Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 estabelece no seu último parágrafo que “A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS não poderá substituir a modalidade escrita da língua

portuguesa”. Por sua vez, a Política de Educação Especial assegura que a Libras deve ser ensinada como primeira língua e o português escrito como segunda língua. Entretanto, em muitos sistemas educacionais cobra-se que os surdos oralizem, leiam ou escrevam como uma pessoa ouvinte que tem a língua portuguesa como primeira língua. Esta cobrança traz consequências para a subjetividade e até mesmo para a cidadania das pessoas surdas. Por esses e outros motivos o movimento em defesa da educação bilíngue é fundamental.

Uma educação de surdos bilíngue seria aquela que incluísse em seu currículo a língua de sinais e a língua portuguesa como segunda língua de forma completa, incluindo métodos de ensino próprio para surdos, que explorem recursos visuais e levam em conta a cultura surda. Para tanto são necessários profissionais habilitados que conheçam e as diferenças linguísticas e culturais dos surdos.

É importante esclarecer o que se entende por bilinguismo.

Há aproximadamente trinta anos, por exemplo, o bilinguismo era considerado uma espécie de distúrbio cognitivo capaz de comprometer o desenvolvimento escolar das crianças que faziam uso regular de duas ou mais línguas. [...] Hoje se sabe que tal hipótese era apenas reflexo de um preconceito contra o bilinguismo, ou melhor, contra os imigrantes em geral e suas condições sociais, culturais, econômicas etc. (MELLO, 1999, p.18).

Ainda sobre o bilinguismo, Mello (1999) esclarece que:

Para muitas pessoas, o bilinguismo é uma exceção e o falar bilíngue é, frequentemente, associado à noção de perfeição, ou seja, bilíngue seria uma espécie rara que fala, lê, escreve e compreende duas ou mais línguas de maneira igualmente fluente, sem sotaque e sem quaisquer outros traços que permitam distingui-lo do monolíngue, quando fala uma de suas línguas. No entanto, a realidade não é bem assim: estima-se que o bilinguismo está presente em quase todas as nações do mundo, em todas as classes sociais e em

todas as faixas etárias e sua aquisição ocorre em diferentes fases da vida. (MELLO, 1999, p.18).

As escolas bilíngues ainda não foram completamente implementadas no Brasil, conforme anseia a comunidade surda. Segundo a proposta da educação bilíngue, as aulas devem ser ministradas diretamente em língua de sinais por professores surdos ou ouvintes que sejam fluentes em Libras. Porém, atualmente no Brasil, a maioria dos surdos estudam em escolas regulares, com a presença do intérprete de Libras.

O intérprete de língua de sinais é o profissional que interpreta determinada língua de sinais para outra língua ou desta outra língua para uma dada língua de sinais. (Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2002, p.7). Quando o professor não sabe língua de sinais, a presença do intérprete na sala de aula garante ao(s) alunos(s) surdo(s) o acesso ao conteúdo curricular que está sendo ministrado. Porém, a presença de um TILS (Tradutor Intérprete de Língua de Sinais) não assegura outras necessidades básicas como a metodologia de ensino e a adequação curricular, adaptando-se as especificidades dos surdos. O intérprete pode atuar como intermediário, mas não como mediador das relações pedagógicas entre professor e aluno. Na grande maioria das vezes observa-se que os professores se acomodam por causa da presença de um profissional tradutor intérprete. A maioria dos professores utilizam a mesma metodologia para o ensino de primeira língua, sem adaptar-se às especificidades dos surdos ou sem estabelecer nenhuma relação entre a língua e sinais e a língua portuguesa.

Muitas pesquisas a respeito da presença do TILS na sala de aula revela que geralmente é ele que acaba assumindo funções docente, dificultando aos alunos surdos identificarem quem é o professor da turma, ocasionando uma confusão de papéis porque em alguns momentos eles são mantidos, e em outros o professor delega ou o intérprete assume por decisão própria a função do professor. Esse problema seria facilmente resolvido se o professor fosse profissionalmente bilíngue. Isso se aplica não apenas para a disciplina de língua portuguesa, mas para todas as outras disciplinas. Mas sabemos que essa alternativa ideal ainda não é uma realidade, e por esse motivo a presença do

intérprete é de suma importância a fim de garantir a acessibilidade no âmbito educacional.

Infelizmente a falta de capacitação dos profissionais que trabalham com os surdos é uma realidade. Sabemos que as condições profissionais dos professores não são favoráveis, mas isso não pode servir como justificativa para que haja uma evolução no processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos. Não podemos nos silenciar diante de políticas educacionais que buscam impor um padrão de modelo que exclui as minorias ou que não se enquadram no modelo. Temos de nos lembrar dos ensinamentos de Paulo Freire em “Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível”.

Constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela. É por isso também que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra de quem estuda, seja o físico, o biólogo, o sociólogo, o matemático, ou o pensador da educação. Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não pode estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. (FREIRE, 1996, p.77).

Enquanto as escolas bilíngues ainda não são implementadas conforme anseia a comunidade surda, é possível estabelecer algumas políticas públicas estratégicas que garantam o ensino de qualidade e eficaz para surdos. Entre elas pode-se destacar:

- a) Criação de classes bilíngues em escolas regulares;
- b) Implantação da disciplina ensino de português como segunda língua nas classes bilíngues, ao invés da disciplina língua portuguesa convencional.
- c) Investimento na formação de professores, principalmente de docentes surdos.
- d) Trabalho em parceria das secretarias de saúde e educação, a fim de orientar melhor as famílias de surdos.

Essas são apenas algumas das propostas ou estratégias que podem ser adotadas no sistema educacional brasileiro, seja ele municipal, estadual ou federal para que os surdos tenham acesso à educação pública, gratuita e de qualidade. Isso também contribuirá significativamente para a formação de cidadãos pensantes e atuantes na sociedade.

Seguindo a proposta da educação bilíngue, é possível que surdos aprendam língua portuguesa na modalidade escrita, desde que o processo se utilize da língua de sinais, considerada a língua materna dos surdos.

Entretanto, a história da educação de surdos sempre excluiu a língua de sinais, obrigando o surdo a aprender a falar. Quadros (1997) diz que uma das frases mais repetidas ao longo da história foi “Fazer o surdo falar e ler os lábios permitirá o acesso a linguagem”.

2.2 Bases para proposta educativa

A definição da palavra bilíngue segundo o dicionário Aurélio: “adj. Que está em duas línguas diferentes: inscrição bilíngue. / Onde se falam duas línguas: país bilíngue. / Que fala duas línguas”

A proposta bilíngue entende o sujeito surdo como participante de duas realidades, como um estrangeiro no próprio país, vivendo ao mesmo tempo a realidade da língua materna, na qual tem sua visão de mundo construída e aprimorada, e a realidade de uma segunda língua, a utilizada no cotidiano da comunidade a que pertence. Nesta proposta, o ideal para o sujeito surdo não seria a sua adequação à realidade ouvinte, usuária da língua oral, mas sim assumir sua condição de surdez como parte de suas características e identidade.

Além do caminho que a legislação brasileira abriu para a educação bilíngue para surdos, também são bases para a proposta, documentos internacionais e teorias adotadas e divulgadas pelo MEC do Brasil.

A proposta de educação bilíngue, "busca respeitar o direito do sujeito surdo, no que se refere ao acesso aos conhecimentos sociais e culturais em uma língua que tenha domínio" (SKLIAR, 1998 apud VICTOR, et al, 2010).

Por recomendação do MEC, o ensino de surdos no Brasil precisa ser "(...) efetivada em língua de sinais, independente dos espaços em que o processo se

desenvolva. Assim, paralelamente às disciplinas curriculares, faz-se necessário o ensino de língua portuguesa como segunda língua, com a utilização de materiais e métodos específicos no atendimento às necessidades educacionais." (SALLES, et al; 2004 p 47).

Ainda nesta direção está a recomendação da UNESCO quanto ao direito de toda criança a aprender, na educação básica, em sua língua materna. Para que a formação bilíngue ocorra, é indicado que haja um instrutor surdo responsável por ensinar e transmitir a cultura surda juntamente com a Libras, trabalhando em conjunto com o professor bilíngue.

Segundo o manual do Atendimento Educacional Especializado para deficiência auditiva, editado pelo MEC/SEESP, este atendimento deve ocorrer por três momentos diferenciados:

- Momento do Atendimento Educacional Especializado em Libras na escola comum: em que todos os conhecimentos dos diferentes conteúdos curriculares, são explicados nessa língua por um professor, sendo o mesmo preferencialmente surdo. Esse trabalho é realizado todos os dias.
- Momento do Atendimento Educacional para o ensino de Libras na escola comum: no qual os alunos com surdez terão aulas de Libras, favorecendo o conhecimento e a aquisição, principalmente de termos científicos. Este trabalho é realizado pelo professor de Libras (preferencialmente surdo), de acordo com o estágio de desenvolvimento da Língua de Sinais em que o aluno se encontra. O atendimento deve ser planejado a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem a respeito da Língua de Sinais.
- Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa: no qual são trabalhadas as especificidades dessa língua para pessoas com surdez. Este trabalho é realizado todos os dias para os alunos com surdez, à parte das aulas da turma comum, por um professor de Língua Portuguesa, graduado nesta área, preferencialmente. O atendimento deve ser planejado a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem a respeito da Língua Portuguesa.

Para que o processo formal da aquisição da leitura e escrita pode seja iniciado é necessário:

- Que o aluno perceba a importância da língua portuguesa na modalidade

escrita;

- Que ele aprenda a conhecer a diferença entre as duas modalidades linguísticas.
- Que ele entenda que o processo de alfabetização que lhe permitirá ler e escrever, será em Língua Portuguesa, embora sua língua natural seja a língua de sinais,
- Que ele também possa compreender a importância da modalidade escrita, pois, a oral nem sempre é possível e a de sinais não poderá ser compreendida por todos.

O que deve ser priorizado:

- Língua e gênero
- Gêneros textuais
- Sequência didática

O professor deve selecionar temas atuais e que despertem o interesse dos alunos. Deve explorar vários gêneros textuais, como narrativas, bilhetes, textos de redes sociais, cartazes, etc. É importante que o texto contenha imagens para auxiliar o surdo na compreensão das informações.

O professor deve estar atento a alguns critérios a serem seguidos para proporcionar a compreensão de seus alunos:

- Fazê-los observar no texto: figuras, pinturas, ilustrações (ênfase aos recursos visuais).
- Identificar com eles os lugares, referências temporais e espaciais.
- Observar no texto: o título e subtítulo.
- Explorar capa (se for um livro), personagens.
- Dar aos alunos explicações antes do início da leitura.
- Utilizar conhecimentos prévios.
- Utilizar outros materiais que possam auxiliar a compreensão.
- Decidir o momento de utilizar o dicionário.
- Dominar a língua de sinais e/ou ter sempre o intérprete de Libras presente e atuante.

O professor deverá considerar o conhecimento que seu aluno tem de mundo e

que será útil na aquisição de uma segunda língua. Esses conhecimentos prévios estão relacionados a sua história de vida, o que trazem na memória e suas experiências.

Como fazer isso na prática:

Escolher um tema – delimitar um gênero textual – selecionar um texto (que servirá como base de apoio) – produzir uma atividade.

Podemos dividir a atividade em etapas:

1º) Pré-leitura

Nesse momento deve ser feita a introdução do tema e da sequência didática. É importante explorar os recursos visuais.

2º) Leitura

Nesse momento o aluno surdo estará ativando o seu conhecimento vocabular. Não resumir ou adaptar textos presumindo que o surdo não compreenderá o assunto. Entregue o texto original.

3º) Pós-leitura

Explorar o gênero para além do tema selecionado. Buscar o conhecimento de mundo dos alunos surdos.

4º) Análise linguística

Refletir sobre a estrutura da língua.

5º) Produção

Gerar uma produção textual significativa e coerente com o gênero.

Resultados esperados

O trabalho com alunos surdos exige-se tempo e dedicação. A escrita de surdos tem um diferencial, pois a produção das pessoas privadas da audição e usuárias da Língua Brasileira de Sinais pode ser comparada com a escrita de estrangeiros, ou seja, de falantes de outra língua.

Na sintática os alunos apresentam dificuldades na estruturação da

sentença. Geralmente eles entendem o que os outros escrevem, porém não conseguem formular orações adequadas, devido às dificuldades morfológicas e sintáticas, como concordância verbal e nominal. Eles apresentam dificuldades em empregar os tempos verbais, as preposições e os pronomes oblíquos. No exemplo abaixo, podemos observar uma frase em língua portuguesa escrita por um aluno ouvinte e posteriormente a mesma frase escrita por um aluno surdo.

1. Eu gosto muito de ir à praia.
2. Eu gostar praia nadar.

Podemos observar que o aluno surdo utiliza o verbo (gostar) no infinitivo e que não se utiliza do advérbio de intensidade (muito). Isso acontece porque na maioria das vezes os surdos expressam intensidade através de expressões faciais e corporais, a qual chamamos de expressões não manuais. Essas características são bem específicas da escrita de surdos e não são consideradas erradas pois estão de acordo com a gramática da Libras.

A escrita é a representação de um sistema primário que é, em geral, a fala. As pessoas ouvintes têm facilidade de aprender porque copiam os fonemas. As pessoas surdas que se comunicam por sinais também precisam representar pela escrita a fala própria delas que é viso-espacial. Quando as pessoas conseguem aprender uma escrita que é representação de sua língua natural, melhoram todo o seu desenvolvimento cognitivo e suas habilidades de produção textual.

Por esses motivos, os textos produzidos por alunos surdos precisam ser avaliados por profissionais competentes, levando-se em conta o português como segunda língua. Muitos surdos são prejudicados em concursos públicos e vestibulares porque não tem a redação corrigida por professores bilíngues que compreendam a diferença da produção textual de pessoas surdas fluentes em língua de sinais.

2.3 Exemplo de educação bilíngue

O IFSC campus Palhoça é a primeira unidade da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica na modalidade bilíngue – Libras/Português

– e traz para o cenário brasileiro uma política de ensino, pesquisa e extensão que busca viabilizar uma efetiva interação entre surdos e ouvintes no campo educacional e profissional. Em seu projeto político pedagógico, o campus Palhoça articula o ensino, a pesquisa e a extensão, a partir dos itinerários formativos de multimídia e educação bilíngue, ofertando cursos de diferentes níveis e modalidades de ensino.

Figura 1 – Logotipo do IFSC Campus Palhoça Bilíngue



Fonte: <http://palhoca.ifsc.edu.br/>

O diferencial do campus é que o ensino é voltado para a oferta de educação profissional bilíngue – Libras/Português, tendo como público-alvo tanto pessoas surdas como os ouvintes. Percebemos no logotipo a representação gráfica do sinal de 'Bilinguismo', evidenciando a proposta educacional da instituição.

No dia 06 e outubro de 2018 tive a oportunidade de realizar uma visita técnica no IFSC Campus Palhoça Bilíngue a fim de conhecer os procedimentos pedagógicos que o campus realiza para receber a comunidade surda. O que mais me chamou a atenção foi a adaptação de materiais didáticos para surdos e outras propostas definidas lá com o objetivo de fomentar a criação de tecnologias assistivas. As classes bilíngues, com professores surdos ou ouvintes que são fluentes em Língua de Sinais, é o diferencial deste campus. Na mesma semana da visita técnica participei também do II Congresso Nacional de Linguística da Língua de Sinais e do VI Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais, promovidos pela UFSC.

Figura 2 – Apresentação da Instituição

APRESENTAÇÃO



Há mais de 100 anos, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) coloca em prática o desenvolvimento e a difusão do conhecimento, por meio da educação profissional e tecnológica, gratuita e de qualidade, formando indivíduos capacitados para o exercício da cidadania e da profissão.

Atento às rápidas transformações geradas pelo progresso científico e tecnológico, o IFSC oferta cursos de formação inicial e continuada; de formação profissional em nível médio, com cursos técnicos em diversas áreas; cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e bacharelados; além de cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) e stricto sensu (mestrado).

Com mais de 20 câmpus em todo o estado, além da Reitoria, localizada na parte continental de Florianópolis, e dos polos de educação a distância nos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo, está entre os melhores Institutos Federais do País, há vários anos, segundo a avaliação do Índice Geral de Cursos do Inep/MEC.

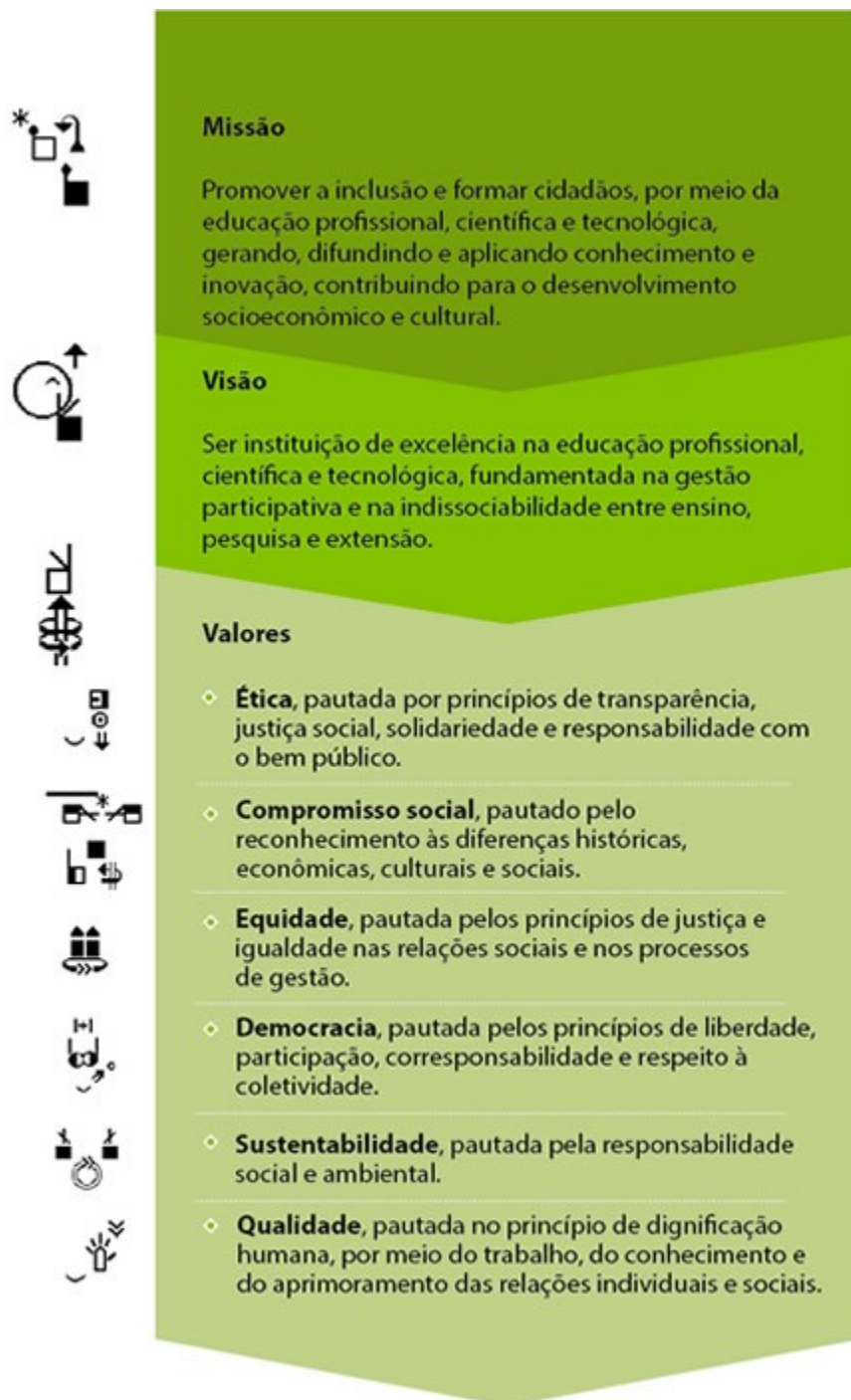
Em processo de internacionalização, o Instituto tem convênios formalizados para intercâmbio de alunos e professores com diversas instituições na América Latina, América do Norte e Europa.



Fonte: <http://palhoca.ifsc.edu.br/>

O IFSC Palhoça Bilíngue foi inaugurado em dezembro de 2012, e iniciou o seu funcionamento em 2013. Desde então vários estudantes surdos tiveram oportunidades de acesso a educação pública, de qualidade e gratuita.

Figura 3 – Missão, Visão e Valores da Instituição



Fonte: <http://palhoca.ifsc.edu.br/>

Entre os valores defendidos pela instituição, podemos destacar o compromisso social, pautado pelo reconhecimento às diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais. O oferecimento de um ensino bilíngue representa um grande respeito aos direitos da comunidade surda e valoriza a Língua Brasileira de Sinais, considerada a primeira língua dos surdos.

Figura 4 – Breve história da Instituição

CONHEÇA O IFSC PALHOÇA BILÍNGUE (LIBRAS-PORTUGUÊS)

O IFSC Palhoça Bilíngue, criado oficialmente em 2012, está localizado no bairro Pedra Branca, no município de Palhoça, Santa Catarina. É a primeira unidade da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do País na modalidade bilíngue.

Seu projeto político pedagógico traz para o cenário brasileiro uma perspectiva de ensino, pesquisa e extensão, que busca viabilizar uma efetiva interação entre surdos e ouvintes no campo educacional e profissional, ofertando cursos de diferentes níveis e modalidades de ensino.

A instituição tem como objetivo possibilitar ao aluno a sua inserção na sociedade e no mercado de trabalho, a partir da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da Língua Portuguesa. Para garantia desse objetivo, os servidores (professores e técnicos-administrativos) estão em constante atualização. Mais de 50% são mestres ou doutores, o que demonstra uma constante preocupação com a melhoria da qualidade da prestação do serviço e do ensino.



Fonte: <http://palhoca.ifsc.edu.br/>

O IFSC Palhoça Bilíngue prioriza a Libras como língua primária e o português escrito como língua secundária para alunos surdos. As escolas bilíngues são capazes de preparar seus estudantes para a vida através de seu ensino estruturado, baseado na língua de sinais, levando em conta as especificidades dos surdos e as atribuições linguísticas da Libras.

Figura 5 – Ensino



Fonte: <http://palhoca.ifsc.edu.br/>

Figura 6 – Pesquisa e Extensão



Pesquisa

Os grupos de pesquisa, formados por servidores e alunos, estão relacionados à Educação, ao Bilinguismo (Libras – Português) e à Multimídia, incluindo aspectos associados ao processo de ensino e aprendizagem e às metodologias para o desenvolvimento de materiais didáticos aplicados à educação de surdos. Além de contar com recursos próprios para financiamento de suas pesquisas, o IFSC faz articulação com diferentes instituições, visando o aperfeiçoamento e fortalecimento do campo científico e tecnológico.



Extensão



A extensão compreende um conjunto de atividades em que a instituição promove a articulação com a realidade socioeconômica e cultural da região onde está inserida. Dentre essas atividades estão: eventos, projetos sociais, apoio a estágios e empregos, cursos de formação profissional, projetos culturais, artísticos e esportivos, visitas técnicas, produções e publicações, além de projetos que auxiliam na geração de emprego e renda.

Fonte: <http://palhoca.ifsc.edu.br/>

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são resultados de políticas públicas para ampliar a educação profissional e tecnológica. Assim sendo, as ações de pesquisa, ensino e extensão baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura. No IFSC Palhoça Bilíngue os

estudantes surdos são estimulados a desenvolver sua capacidade de investigação científica, na sua própria língua, a Língua de Sinais, uma vez que existem projetos de pesquisa e extensão na área de Libras.

A instituição oferece três cursos técnicos, sendo um na modalidade integrado: Curso Técnico de Comunicação Visual (ver figura 7); um na modalidade subsequente: Curso Técnico Subsequente em Tradução e Interpretação de Libras (ver figura 8); e um na modalidade PROEJA: Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (ver figura 9).

Figura 7 – Apresentação do Curso Técnico Integrado de Comunicação Visual

CURSOS OFERECIDOS PELO IFSC PALHOÇA BILÍNGUE

CURSO TÉCNICO INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO VISUAL

Conheça o curso

O técnico em Comunicação Visual forma profissionais habilitados para a execução da programação visual de diferentes gêneros e formatos gráficos de materiais institucionais e promocionais, como livros, jornais, revistas, portais, painéis e folders. Além disso, também orienta para a criação e aplicação de ilustrações, animações, logotipos de empresas, sinalizações, tipografias e projetos de interfaces multimídia, com o domínio de ferramentas tecnológicas. O fato de o curso ser técnico integrado significa que ele equivale ao ensino médio junto com uma formação técnica.

Algumas disciplinas

- ✓ Animação
- ✓ Fotografia e tratamento de imagens
- ✓ Língua Brasileira de Sinais (Libras)
- ✓ Produção audiovisual
- ✓ Programação multimídia

Vagas: 120 anuais
Duração: 8 semestres (4 anos)
Carga Horária: 3.040 horas
Turno: vespertino

Mercado de trabalho para o profissional

- ▶ Agências de comunicação
- ▶ Bureaus de serviços gráficos
- ▶ Editoras
- ▶ Escritórios de design
- ▶ Gráficas
- ▶ Produtoras de televisão e cinema
- ▶ Produtoras de conteúdo

Fonte: <http://palhoça.ifsc.edu.br/>

Figura 8 – Apresentação do Curso Técnico Subsequente em Tradução e Interpretação de Libras

CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS

Conheça o curso

O técnico em Tradução e Interpretação de Libras habilita a realizar a tradução e interpretação; entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua Portuguesa, com fluência e coerência, em diferentes espaços e situações, levando em consideração os referenciais éticos, visuais, identitários e linguísticos da comunidade surda. O profissional dessa área pode atuar também na tradução de publicações e vídeos. O curso técnico subsequente corresponde a um curso técnico pós ensino médio.

Algumas disciplinas

- ✓ Interpretação em eventos
- ✓ Língua Brasileira de Sinais (Libras)
- ✓ Prática de tradução
- ✓ Produção audiovisual aplicada à tradução e interpretação
- ✓ Tradução para área educacional

Vagas: 40 semestrais
Duração: 4 semestres (2 anos)
Carga Horária: 1.600 horas
Turno: vespertino/noturno

Mercado de trabalho para o profissional

- ▶ Atendimento ao público em instituições públicas e privadas
- ▶ Espaços educacionais, teatros e televisão
- ▶ Palestras, seminários e outros eventos
- ▶ Tribunais, delegacias de polícia e repartições públicas
- ▶ Unidades de atendimento médico

Fonte: <http://palhoca.ifsc.edu.br/>

Figura 9 – Apresentação do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (PROEJA)

TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA (PROEJA)

Conheça o curso

O técnico em Manutenção e Suporte em Informática forma profissionais para prestar manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática, avaliando a necessidade de substituição ou de atualização dos principais componentes de um computador ou de uma rede de computadores. Desenvolve sites em HTML, instala, configura e desinstala programas e softwares básicos, utilitários e aplicativos, realiza procedimentos de backup e recuperação de dados. É um curso voltado para jovens e adultos, a partir do 18 anos, que não concluíram os estudos em idade regular.

Algumas disciplinas

- ✓ Empreendedorismo
- ✓ Língua portuguesa
- ✓ Matemática
- ✓ Língua Brasileira de Sinais (Libras)
- ✓ Configuração de redes de computadores
- ✓ Fundamentos de programação para a web
- ✓ Montagem e manutenção de computadores

Vagas: 40 anuais
Duração: 4 semestres (2 anos)
Carga Horária: 2.480 horas
Turno: noturno

Mercado de trabalho para o profissional

- ▶ Empresas públicas ou privadas na área de informática
- ▶ Escolas de informática
- ▶ Prestadoras de serviços de manutenção e suporte de computadores
- ▶ Negócio próprio de manutenção e suporte de computadores ou criação de sites

Fonte: <http://palhoca.ifsc.edu.br/>

Já no ensino superior, são ofertados o curso de Tecnologia de Produção Midiática (ver figura 10), e o curso de Pedagogia Bilíngue (ver figura 11), em parceria com o INES.

Figura 10 – Apresentação do Curso Superior de Tecnologia em Produção Multimídia

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PRODUÇÃO MULTIMÍDIA

Conheça o curso

O tecnólogo em Produção Multimídia desenvolve, planeja e executa projetos para ambientes digitais, os quais geram conteúdos para websites, redes sociais e dispositivos móveis (celulares e tablets). Este profissional utiliza-se de recursos de computação gráfica e ferramentas digitais, que envolvem imagem, som, texto e animação, para garantir interatividade.

Algumas disciplinas

- ✓ Animação
- ✓ Edição e efeitos especiais em vídeo
- ✓ Fotografia e edição de imagens
- ✓ Marketing digital e mídias sociais
- ✓ Narração e tradução em vídeos bilíngues

Vagas: 40 anuais
Duração: 6 semestres (3 anos)
Carga Horária: 2.420 horas
Turno: noturno

Mercado de trabalho para o profissional

- ▶ Agências de comunicação
- ▶ Escritórios de design
- ▶ Produtoras de conteúdo digital
- ▶ Produtoras de vídeo, televisão e cinema



Fonte: <http://palhoca.ifsc.edu.br/>

Figura 11 – Apresentação do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue (Libras – Português)

CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA BILÍNGUE (LIBRAS-PORTUGUÊS)

Conheça o curso

O curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue (Libras – Português) forma educadores bilíngues, com foco na Língua Brasileira de Sinais e na Língua Portuguesa, para atuação na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos e em cursos de Magistério, além das áreas de coordenação, orientação, supervisão escolar, treinamento e desenvolvimento profissional. Os alunos são habilitados a fazer uso de diferentes tecnologias de informação e comunicação, com o objetivo de facilitar o processo de ensino-aprendizagem.

Algumas disciplinas

- ✓ Didática e avaliação educacional
- ✓ Libras: cultura, identidade e diferença
- ✓ Literatura, infância e aprendizagem
- ✓ Organização da educação infantil e dos anos iniciais
- ✓ Políticas públicas e educação bilíngue

Vagas: 40 anuais
Duração: 8 semestres (4 anos)
Carga Horária: 3.460 horas
Turno: noturno

Mercado de trabalho para o profissional

- ▶ Atendimentos educacionais especializados na área da surdez
- ▶ Escolas inclusivas e escolas bilíngues (Libras – Português)
- ▶ Escolas regulares públicas e privadas
- ▶ Empresas públicas e privadas
- ▶ Organizações Não Governamentais (ONGs)
- ▶ Hospitais

Fonte: <http://palhoca.ifsc.edu.br/>

Em nível de especialização *Lato Sensu*, o campus oferece o curso de Especialização em Educação de Surdos, com ênfase em aspectos políticos culturais e pedagógicos que permeiam a educação de surdos (ver figura 12).

Figura 12 – Apresentação do Curso de Especialização em Educação de Surdos: aspectos políticos, culturais e pedagógicos.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE SURDOS: ASPECTOS POLÍTICOS, CULTURAIS E PEDAGÓGICOS

Conheça o curso

O curso de especialização em Educação de Surdos aborda aspectos políticos, culturais e pedagógicos, apontando para os impasses, dilemas e desafios aos quais os surdos, os educadores, os dirigentes institucionais e a sociedade em geral ainda se defrontam cotidianamente. Para tanto, proporciona conhecimentos práticos e teóricos que levam à reflexão de um processo educacional que reconhece as diferenças, proporcionando metodologias condizentes com a educação de surdos.



Vagas: 40 bianuais
Duração: 4 semestres (2 anos)
Carga Horária: 420 horas
Turno: vespertino e noturno

Algumas disciplinas

- ✓ Aspectos pedagógicos aplicados à educação de surdos
- ✓ Cultura e identidade surda
- ✓ História da educação de surdos
- ✓ Políticas educacionais para surdos
- ✓ Surdo e tradução de língua de sinais



Fonte: <http://palhoca.ifsc.edu.br/>

A instituição também oferta Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), que tem a capacidade de capacitar, aperfeiçoar e atualizar o estudante

que deseja entrar ou retornar ao mercado de trabalho de maneira mais rápida e eficiente (ver figura 13). As ofertas desses cursos são destinadas às pessoas com escolaridade variável, além de acontecer em um curto espaço de tempo, o que permite um aprendizado mais rápido e aplicação imediata dos conhecimentos adquiridos.

Figura 13 – Apresentação dos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)

CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC)

O que são

Os cursos de Formação Inicial e Continuada visam a qualificação, o aperfeiçoamento e a atualização profissional, desenvolvendo nos alunos as competências necessárias para ingresso ou reingresso no mercado de trabalho. Por isso, são propostas de curta duração, com ofertas que variam a cada semestre, para pessoas de diferentes níveis de escolaridade.

Conheça alguns cursos oferecidos

- ✓ Animação: stop motion
- ✓ Desenho de moda
- ✓ Fotografia digital
- ✓ Fundamentos de programação web
- ✓ História em quadrinhos
- ✓ Informática básica
- ✓ Inglês básico
- ✓ Libras básico, intermediário e avançado
- ✓ Linguagem, estética e história do cinema
- ✓ Português como segunda língua para surdos
- ✓ Produção e edição de vídeos

Vagas: varia conforme a especificidade de cada curso

Duração: 1 semestre, geralmente

Carga horária: de 60 a 80 horas, em média

Turno: matutino, vespertino ou noturno



Fonte: <http://palhoca.ifsc.edu.br/>

É possível perceber através das imagens que em todos os cursos do IFSC Palhoça Bilíngue, a Libras está inserida como disciplina ou como conteúdo curricular a ser ministrado durante o curso. É interessante destacar também o site da instituição é completamente acessível. Os surdos tem acesso às informações através de vídeos traduzidos em Libras que ficam disponíveis durante a navegação no site. Essa possibilidade garante aos surdos total acessibilidade às notícias e informes da gestão com o corpo docente, discente e comunidade externa.

2.4 Estudo comparativo de surdos que estudaram em ambientes bilíngues e não bilíngues

A professora Simone Gonçalves de Lima da Silva desenvolveu uma pesquisa muito interessante em seu doutorado, intitulado “Compreensão leitora em segunda língua de surdos sinalizantes da língua de sinais: um estudo comparativo entre estudantes de uma educação em ambiente bilíngue e não bilíngue”. O objetivo da sua pesquisa era “analisar a compreensão leitora da língua portuguesa como segunda língua por sujeitos surdos, usuários da língua brasileira de sinais como primeira língua, com foco no tipo de ambiente linguístico no qual ocorreu sua educação escolar inicial”. A pesquisa envolveu um estudo comparativo entre dois grupos de surdos a partir da aplicação de testes de compreensão sintática e textual (escrita e sinalizada).

O estudo foi feito com dois grupos de surdos: (1) bilíngues e (2) não bilíngues. O grupo bilíngue se caracterizava como aquele onde os surdos foram inseridos nos primeiros anos do Ensino Fundamental num ambiente linguístico de aprendizagem onde a língua brasileira de sinais é a língua de instrução, primeira língua e a língua portuguesa escrita é considerada como uma segunda língua. O grupo não bilíngue compunha-se exclusivamente de surdos que estudaram em escolas regulares, em que tinha a língua portuguesa como língua principal e a língua brasileira de sinais estava presente apenas nos momentos de contato entre aluno surdo e Intérprete de Libras.

Após a análise dos dados obtidos, a pesquisadora chegou à conclusão que “o desempenho nos testes de compreensão leitora demonstrado pelos

Grupos Bilíngue e Não Bilíngue ficaram aquém do esperado para o nível de escolarização em que se encontram, considerando que os tipos de textos aplicados abordam temáticas presentes no cotidiano. O desempenho nos testes de compreensão leitora demonstrado pelos Grupos Bilíngue e Não Bilíngue ficaram aquém do esperado para o nível de escolarização em que se encontram, considerando que os tipos de textos aplicados abordam temáticas presentes no cotidiano.”

Com base nesta pesquisa acadêmica, percebemos a importância de utilizar estratégias de ensino com o objetivo de aumentar o vocabulário dos alunos surdos nas duas línguas (Libras e Língua Portuguesa), para que estes possam compreender o sentido do texto e alcançar êxito satisfatório na interpretação de variados tipos de textos, bem como fazer inferências críticas e pessoais, que extrapolem o sentido do texto.

Pesquisas como essa torna possível a construção de políticas linguísticas que beneficiem a vida dos surdos na sociedade, além de contribuir com os professores nas tomadas de decisões frente ao ensino da leitura e escrita da língua portuguesa como segunda língua e como segunda modalidade.

2.5 Aspectos da leitura e escrita do surdo

O primeiro contato com um texto escrito por um surdo pode causar estranhamento para um ouvinte. Isso acontece porque geralmente um ouvinte desconhece a realidade do surdo e supõe que o escritor surdo tenha como língua única e/ou materna a língua portuguesa. A percepção sensorial do surdo é visual, tendo ele pouco ou nenhum acesso a modalidade oral do português.

Com relação ao ensino de língua portuguesa escrita, é importante lembrar que na educação dos surdos predominou, por quase cem anos, a abordagem oralista de exposição a língua, segundo a qual os alunos eram expostos unicamente a língua oral, uma vez que os sinais eram proibidos. Os defensores do oralismo defendiam a fala como possibilidade de os surdos se integrarem na sociedade ouvinte.

Como resultado de concepção de língua adotada e da ênfase na fala, embora alguns alunos conseguissem atingir um bom nível no uso do português, a maior parte apresentava apenas fragmentos da língua. Faltavam os elementos

de ligação, os verbos muitas vezes não eram flexionados e os vocábulos não seguiam as regras de ordenação frasal da língua majoritária. Com um conhecimento fragmentado da língua, a leitura e a escrita ficavam prejudicadas (PEREIRA, 2011, p. 326).

Atualmente, o reconhecimento de que a língua de sinais possibilita o desenvolvimento do surdo em todos os aspectos, cognitivo, socio-afetivo emocional e linguístico, tem contribuído para que o bilinguismo seja adotado nas escolas.

De acordo com Pereira (2011, p., 328), a língua de sinais preenche as mesmas funções que a língua portuguesa falada pelos ouvintes. A língua sinalizada tem um papel fundamental na adequação do português, uma vez que possibilita conhecimento de mundo e o conhecimento de língua com base no qual o aluno surdo vai constituir o seu conhecimento na língua majoritária, no caso, a língua portuguesa. Nesse sentido, a autora cita Lane, Hoffmeister e Bahan (1996), pesquisadoras da área da surdez, para afirmar que, como todas as crianças, as surdas também precisam de conhecimento de mundo que possam recontextualizar o escrito e daí derivar sentido, precisam de conhecimento sobre a escrita para que possam encontrar as palavras, as estruturas das orações, assim como criar estratégias que lhes permitam compreender os textos lidos.

Esses fatores precisam ser trabalhados intensamente, por meio da leitura, com os alunos surdos, principalmente pelo fato de que, com a falta da audição, todo contato se dá por meio da visão. Trabalhar com os surdos os aspectos relacionados ao conhecimento de mundo é essencial para que eles possam fazer as inferências necessárias a fim de relacionar as diferentes partes do texto em um todo coerente.

Para Kato (1986), à medida que o aprendiz desenvolve a capacidade de se apoiar em seu conhecimento de mundo, torna-se menos dependente das unidades grafêmicas e silábicas e apoia-se cada vez mais em fatias informacionais significativas. A autora lembra que, na leitura proficiente, as palavras são lidas não letra por letra ou sílaba por sílaba, mas como um todo não analisado, isto é, por reconhecimento instantâneo.

A leitura é de fato a principal fonte de informação para a criança surda adquirir a modalidade escrita da língua portuguesa. A ênfase deve estar em ler,

e não em ensinar a ler. Ou seja, o importante no início do processo de aquisição da escrita pela criança surda não é criar estratégias de leitura no sentido de atribuir objetivos em determinada leitura, e sim deixá-la ler a fim de verificar acentuação das palavras, já que a percepção do surdo se dá pela visão. À medida que a criança for exposta a textos variados, adquirirá de maneira natural a língua majoritária. As explicações sobre gramática e sobre o funcionamento discursivo devem se reduzir, no início, somente aos casos em que a criança solicitar. O aprofundamento deve ocorrer quando a criança já tiver mais conhecimentos sobre a língua.

Explorar vários gêneros textuais, tais como literatura infantil, lista de compras, bilhetes, cartões postais, cartas, dentre outros, é de grande importância para que o surdo tenha contato com a língua portuguesa na modalidade escrita em diversas situações. Entretanto, Pereira (2010) salienta que para Svartholm (1994) a única forma de garantir que os textos se tornem significativos para os alunos surdos é interpretá-los na língua de sinais. O professor deve ser capaz de fazer as traduções de textos e de partes de textos na língua de sinais, e vice-versa, bem como explicar e esclarecer para alunos surdos aspectos sobre a construção dos textos.

Na tese de doutorado da professora Bruna Crescêncio Neves, intitulada “Educação Bilíngue para surdos e as implicações para o aprendizado da Língua Portuguesa como segunda língua” a pesquisadora afirma que a aquisição da língua de sinais está fortemente relacionada às habilidades de alfabetização na segunda língua. Por isso é muito importante garantir à criança surda a aquisição da língua de sinais para que ela possa desenvolver-se plenamente na segunda língua. Entretanto, a aquisição da língua de sinais por si só não garante habilidade com a leitura, visto que a competência leitora requer um processo sistematizado de ensino, pois ler não é algo natural, mas que deve ser aprendido. Além disso, os surdos são fluentes em uma língua diferente daquela que estão aprendendo a ler, aumentando ainda mais o desafio. Portanto, o aprendizado da escrita e leitura em uma segunda língua depende da aquisição de uma primeira, que será a base de todo o conhecimento cognitivo e social, sendo, no caso dos surdos, a língua de sinais.

2.6 Escrita de sinais

A escrita de sinais é um sistema de registro da língua de sinais (sinalizada). Até pouco tempo, considerava-se a língua de sinais como uma língua sem escrita. No entanto, a escrita, seja ela de qualquer língua, tem seu sistema específico de representação, atrelando à língua símbolos e/ou conjuntos de segunda ordem para expressar suas ideias. Em seus estudos sobre a escrita de sinais, a autora surda Debora Campos Wanderley nos remete a questões sociais pertinentes à escrita. Ela diz:

A alfabetização para o ensino de surdos começou com a escrita alfabética que não reflete a língua própria dos surdos. A escrita alfabética não tem relação com a língua de sinais, pois as duas possuem estruturas diferentes. (Campos, 2012, p. 51).

A representação de maneira gráfica da língua de sinais tem seus diversos momentos e épocas, sendo que o Frances Auguste Bébien, após ter aprendido a língua de sinais no instituto de surdos de Paris, escreveu um livro intitulado *Mimographia*, em 1822, o qual foi “tido como a primeira tentativa de transcrição da língua de sinais (GUARINELLO; MASSI; BERBERIAN, 2007)”.

Ao longo desses anos e século, diversas formatações de representar a escrita da língua de sinais foram sendo aperfeiçoadas, e, com as primeiras publicações da coreógrafa americana Valerie Sutton, em 1974, houve um ápice nesses estudos. As publicações de Sutton foram apresentadas à comunidade científica dinamarquesa de língua de sinais. Nessas publicações, por meio de uma escrita gráfica e representativa da dança de seus alunos, era feita “a transição dos “sinais da dança” para “a escrita de sinais”. Os estudos sobre a escrita de 13 sinais se iniciaram a partir desse contato entre os pesquisadores da Universidade de Copenhague e Valerie, com sua colaboração baseada em seus registros gravados (GESSER, 2009, p. 42)”.

O sistema de escrita utilizado em mais de 40 países, segundo Buttler (2012), é um diferencial de valorização da comunidade surda, trazendo muitas vantagens aos usuários da língua e, conforme relata a pesquisadora Debora Campos Wanderley sobre o avanço da escrita de sinais:

Ao aprender qualquer escrita, focando-se aqui na escrita de sinais, a tendência é melhorar o vocabulário, as substituições por conta de uma formalidade muito grande do sistema em uma gramática bem organizada, excluindo as repetições ou vícios de linguagem que ocorre na escrita, mas não necessariamente na sinalização da língua. (Campos, 2012, p. 57).

Com essa evolução e esse “achado” histórico, o Brasil inicia sua tradição e busca científica para o desenvolvimento da escrita em âmbito nacional, logo em 1996, com o professor Antônio Carlos da Rocha Costa, na PUC de Porto Alegre. Destaca-se aqui a professora surda Marianne Rossi Stumpf, que inicia os trabalhos com crianças, alfabetizando-as. Audrei Gesser completa, pontuando que se observou nos estudos que os surdos expostos ao sistema signwriting tinham muita facilidade para escrever (Gesser, 2009, p.42).

Ao trazer este tema atual para a pesquisa, busca-se asseverar que este sistema representativo de “escrita ela é viva, pois através dela o leitor é capaz de associar conhecimentos novos, adquirindo leitura com os conhecimentos prévios e produzir novos conhecimentos” (SILVA, 2009).

Outros autores tecem e são categóricos em dar ênfase ao ensino, estudo e difusão da escrita de sinais. Expoentes como Fernando Capovilla, Valerie Sutton, Madson Barreto e Raquel Barreto são categóricos em dizer que “O signwriting é uma escrita visual direta capaz de registrar com precisão os parâmetros fonético-fonológicos da língua de sinais” (CAPOVILA; et al, 2006; SUTTON, 2009; BARRETO & BARRETO, 2012).

Logo que entra no contexto educacional, o aluno surdo se depara com temas desconhecidos, palavras e terminologias que podem ser de uso corriqueiro ao ouvinte, porém não é para ele. É comum que o surdo, pela carência de informações linguísticas em relação à língua oral, apresente dificuldades em aprender o conteúdo.

Quando o assunto envolve situações específicas ou técnicas, a dificuldade de absorver informações na sua língua materna é mais evidente e por isso se torna importante catalogar termos, palavras e terminologia em

signwriting. Dessa forma, a escrita de sinais pode se tornar uma ferramenta importante no auxílio à escrita do surdo.

No Brasil, o signwriting não é a única proposta de escrita de sinais existente. A EliS (Escrita das Línguas de Sinais) foi desenvolvida em 1998 pela linguista Mariângela Estelita, e considera, para sua organização, os cinco parâmetros da Libras: configuração de mão, orientação, ponto de articulação, movimento e expressão facial. Por tal pressuposto, esse sistema agrupa suas representações gráficas, denominadas visografemas, em quatro grupos visológicos: configuração de dedo, orientação da palma, ponto de articulação e movimento. Por sua vez, a SEL (Sistema de escrita para Línguas de Sinais) foi desenvolvido pela professora Adriana S. C. Lessa de Oliveira e também tem o objetivo de promover a inclusão e pessoas surdas no mundo letrado.

Figura 15 - Alfabeto em signwriting

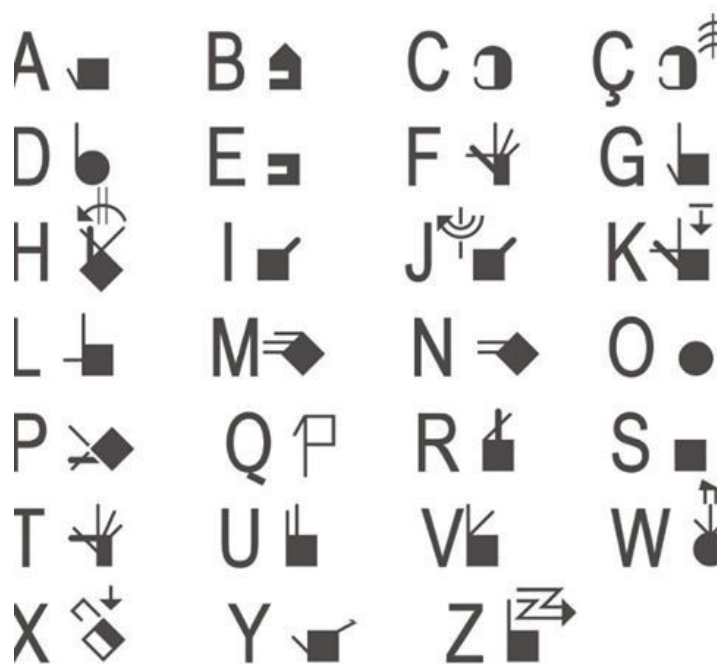


Figura 16 – Visografemas da ELIS

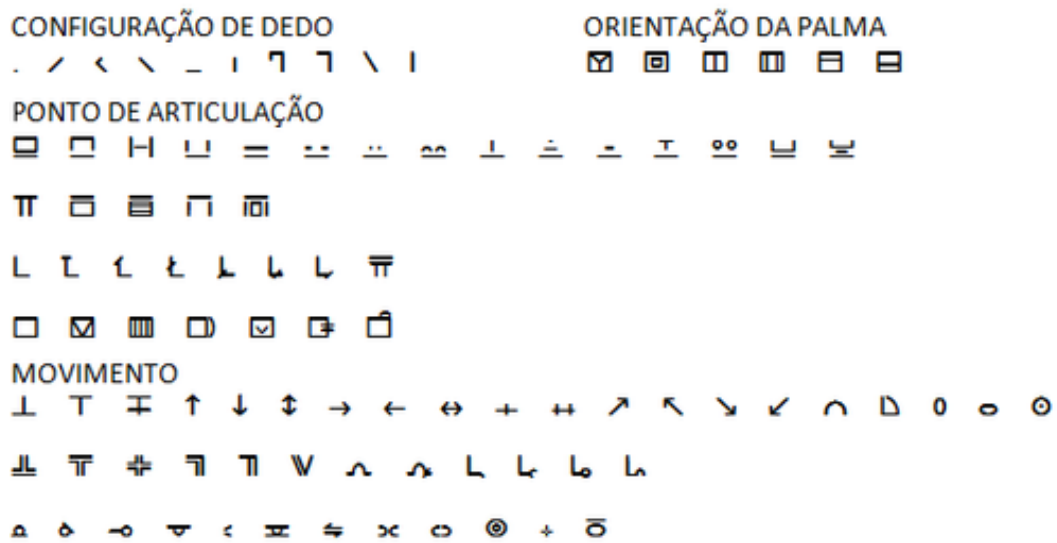
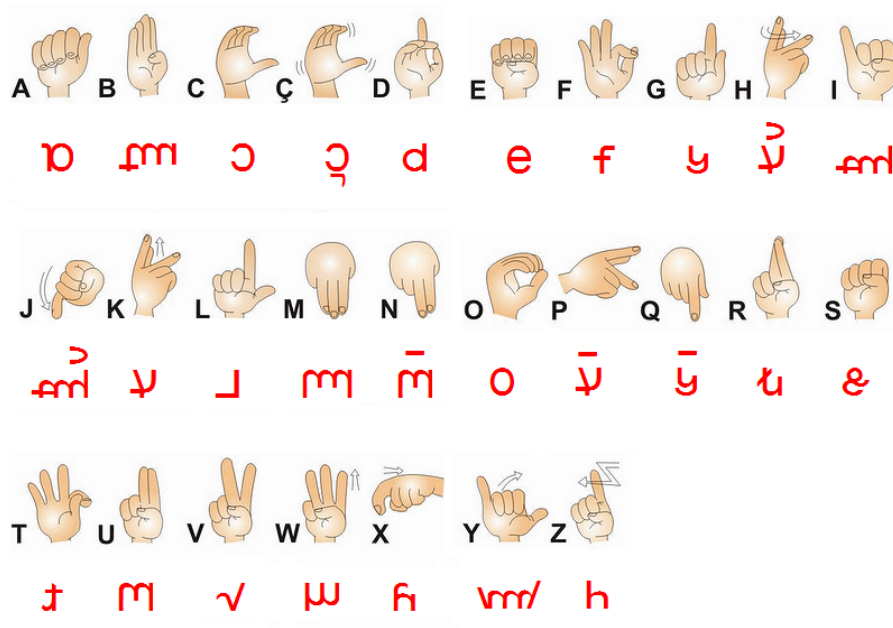


Figura 17 – Alfabeto manual na escrita SEL



De todas essas propostas, podemos destacar que o signwriting é o mais conhecido e estudado no Brasil. No site SignWriting.org é possível encontrar uma série de links para artigos, textos, projetos e outros vários endereços dedicados à escrita de sinais. O signwriting é hoje investigado e utilizado por diversos pesquisadores do mundo todo, e é um objeto de estudo cheio de riquezas e possibilidades para os usuários das línguas de sinais.

2.7 Análise dos dados obtidos

Ao final desta pesquisa bibliográfica fica evidente que o Bilinguismo se caracteriza como uma política linguística eficiente no ensino de língua portuguesa para surdos. O uso de duas línguas na educação dos surdos, Libras e Língua Portuguesa, é uma solução para o aprendizado eficiente e promoção da autonomia para alunos surdos. Entretanto, a educação bilíngue ainda não é plenamente implementada no Brasil. Uma das razões tem a ver com a falta de profissionais preparados para lecionar numa perspectiva bilíngue. Na prática, a educação bilíngue é vivenciada de maneiras diferentes pelas escolas, muitas vezes estando longe do ideal.

No Brasil, o INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) é o centro de referência nacional na área da surdez no país. Ele está localizado no Rio de Janeiro, e foi a primeira instituição nesta área no Brasil, fundada por Hernet Huet em 1857. Entre os objetivos institucionais do INES estão a produção, o desenvolvimento e a divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos na área da surdez em todo o Brasil, além de subsidiar a Política Nacional de Educação. A fim de atender a demanda necessária e urgente de profissionais qualificados, o Instituto implementou o curso de Pedagogia Bilíngue, que tem como objetivo formar professores e gestores educacionais, surdos e ouvintes, em uma perspectiva bilíngue e intercultural na modalidade online, para atuar na área da docência (Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental) e na gestão escolar em espaços não formais.

É interessante destacar que o INES possui uma estrutura física para o oferecimento de educação a distância (EaD) plenamente instalada, que permite ampliar as ações locais e, sobretudo, as ações de âmbito nacional. Exemplo disso é o fato do curso de Pedagogia Bilíngue, já mencionado, ser ofertado atualmente em 13 polos de apoio presencial diferentes, em parceria com universidades estaduais e federais, nas cinco regiões do país. A oferta do curso a distância permite que o conhecimento seja difundido até mesmo em regiões remotas e assim forme profissionais capacitados para promover a educação bilíngue.

Nesta pesquisa foi abordado com mais detalhes a proposta de educação bilíngue implementada no IFSC Palhoça Bilíngue, em nível médio, técnico e

superior. Mas além desta instituição, no Brasil existem outras escolas bilíngues em funcionamento que compreendem o ensino fundamental. Dentre elas podemos citar, por exemplo, a Escola Municipal Helen Keller, que está situada na cidade de Caxias do Sul-RS e também a o Centro de Educação para Surdos Rio Branco, localizada em São Paulo-SP. Essas escolas oferecem uma educação bilíngue e multicultural que compreende a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda língua. Essa proposta potencializa as capacidades e habilidades dos alunos surdos e promove a valorização da língua de sinais. Os profissionais atuantes são capacitados e fluentes em Libras, promovendo um espaço acessível e agradável aos discentes surdos.

Por outro lado, mesmo escolas regulares podem adotar estratégias pautadas na política bilíngue a fim de prestar atendimento educacional adequado aos alunos surdos regularmente matriculados. Entre eles, podemos citar a criação de classes bilíngues e também a criação da disciplina de português como segunda língua, onde as especificidades dos surdos serão levadas em conta durante o aprendizado da língua portuguesa na modalidade escrita.

Os professores também não devem se acomodar por pensar que a presença do intérprete de Libras já é o suficiente para o aluno surdo conseguir compreender o conteúdo curricular proposto. Muitas vezes é necessário fazer uma adaptação curricular para que os surdos possam ter um aproveitamento do conteúdo e serem avaliados segundo as suas especificidades. É importante lembrar que essas adaptações devem envolver os docentes e a área pedagógica da escola, sempre respeitando a legislação vigente.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões apontadas na aquisição de português escrito por surdos vêm expor uma situação que requer ações específicas e especializadas. Se por um lado, têm-se os fenômenos típicos da aquisição de segunda língua, por outro lado, são inegáveis as especificidades da situação de aquisição da modalidade escrita da língua oral pelo surdo, o que torna imprescindível o oferecimento de condições adequadas ao seu desenvolvimento acadêmico e intelectual. Nesse sentido, um procedimento essencial é que a escola faça o diagnóstico das necessidades educacionais do aluno surdo, a fim de orientar suas ações para implementar a proposta da educação bilíngue. Ao mesmo tempo, é necessário desenvolver um intercâmbio de informações e experiências entre profissionais e interessados nessa questão, incluindo a própria comunidade surda e sua família, a fim de ampliar o conhecimento da realidade do surdo, na busca do entendimento de sua complexa situação linguística e multicultural. Se, por um lado, a produção textual dos surdos em língua portuguesa pode ser desconcertante, por outro, é fascinante reconhecer a manifestação da faculdade de linguagem, que aponta para a possibilidade de êxito na aquisição, superando todas e quaisquer dificuldades encontradas. Nesse processo, destaca-se o fato de que cada indivíduo percebe e agrega elementos linguísticos a seu modo particular e em seu tempo, o que remete à observação de que a motivação e a aceitação da língua-alvo são fatores importantes, que podem acelerar o processo de aquisição.

4. REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14724: Informação e documentação. Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

AZEREDO, José Carlos. Ensino de português: fundamentos, percursos, objetos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. 6. ed. São Paulo: Hucitec 1992. Brasil, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, cap. V.

BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Educação de surdos. 2. Ensino da língua portuguesa I. Schmiedt, Magali L. P. II. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. III. Título

FARIAS, Sandra Patrícia de. Ao pé da letra não! Mitos que permeiam o ensino da leitura para surdos. In Ronice Muller de Quadros (org.) Estudos Surdos I. Petrópolis (RJ): Arara Azul, 2006, p. 252-283.

FARIAS, Sandra Patrícia de. Ao pé da letra não! Mitos que permeiam o ensino da leitura para surdos. In Ronice Muller de Quadros (org.) Estudos Surdos I. Petrópolis (RJ): Arara Azul, 2006, p. 252-283.

FERNANDES, Eulália (org.); QUADROS, Ronice Muller de... [et al]. Surdez e Bilingüismo. – Porto Alegre: Mediação, 2005.

FERNANDES, Eulália. Linguagem e surdez. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FERNANDES, Sueli. Educação bilíngue para surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

FERNANDES, Sueli. Práticas de letramentos na educação bilíngüe para surdos. Curitiba : Secretaria de Estado da Educação do Paraná. SEED / SUED / DEE. 2006.

GESSER, Audrei. LIBRAS? que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GESUELI, Z.M. A criança não-ouvinte e a aquisição da escrita. Dissertação de mestrado, UNICAMP, 1988.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Linguagem, Surdez e Educação. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

GOLDFELD, Marcia. A criança surda. São Paulo: Plexus, 2002.

GOLDFELD, Márcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2ª ed. São Paulo : Plexus Editora, 2002.

GOTIJO, Cláudia Maria Mendes. Alfabetização: a criança e a linguagem escrita. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

GUARINELLO, Ana Maria. O Papel do Outro na Escrita de Sujeitos Surdos. São 86 HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Trad. A. Resende et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

http://palhoca.ifsc.edu.br/guia_cursos/

Ideias para ensinar português para alunos surdos / Ronice Muller Quadros, Magali L. P. Schmiedt. – Brasília: MEC, SEESP, 2006.

KOCH, I. G. V. Argumentação e Linguagem. São Paulo: Cortez, 1984. A coesão Textual. São Paulo: Contexto, 1989.

LACERDA, Cristina Bróglia Feitosa de. O intérprete de Língua de Sinais no Contexto de uma Sala de aula de alunos Ouvintes: Problematizando a Questão. In: LACERDA, Cristina Bróglia Feitosa de; GÓES, Maria Cecília Rafael de (orgs.)

Surdez: Processos Educativos e Subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000. Cap. 4, pp.51-84.

NEVES, Bruna Crescêncio. Educação Bilíngue para surdos e as implicações para o aprendizado da Língua Portuguesa como segunda língua. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

OLIVEIRA, Adriana S. C. Lessa. Escrita SEL (Sistema de Escritas para Línguas de Sinais) - Projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

QUADROS, R. M. Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem. Artmed Editora, 1997

SALLES, Heloisa M. M. Lima. et. al... Ensino de língua portuguesa para surdos: Caminhos para a prática pedagógica Vol. 1 2ª edição. Brasília, MEC, SEESP. 2007.

SALLES, Heloisa M. M. Lima. et. al... Ensino de língua portuguesa para surdos: Caminhos para a prática pedagógica Vol. 2 2ª edição. Brasília, MEC, SEESP. 2007.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2002.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Ayonan Santos e. Linguagem e Surdez: A COESÃO EM TEXTOS DE SURDOS. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. A construção de sentidos na escrita do aluno surdo. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

SILVA, Rafaela Cota da. (2012). Signwriting: um sistema de escrita das línguas gestuais. Aplicação a língua gestual portuguesa. Ezedra: Revista Científica.

Silva, Simone Gonçalves de Lima da. Compreensão leitora em segunda língua de surdos sinalizantes da língua de sinais: um estudo comparativo entre estudantes de uma educação em ambiente bilíngue e não bilíngue. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2016.

Silva, Simone Gonçalves de Lima da. Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: das políticas as práticas pedagógicas. Florianópolis, 2008. Dissertação de Mestrado em Educação - Universidade Federal de Santa Catarina.

STIEHL, Diego. Reconhecimento de Símbolos de Configuração de Mão do SignWriting. 2015. Dissertação (Mestrado em Informática) - Universidade Federal do Paraná. 2015.

STUMPF, Marianne Rossi. Letramento na língua de sinais escrita para surdos. In Maria Cecília de Moura (Org.). Educação para surdos – práticas e perspectivas II. 1 Ed. São Paulo: Santos, 2011.

ZAMPIERI, Marinês Amália. Professor Ouvinte e Aluno Surdo: Possibilidades de relação pedagógica na sala de aula com intérprete de Libras – Língua Portuguesa. Piracicaba-SP, 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de Piracicaba.

WANDERLEY, Débora Campos. Aspectos da leitura e escrita de sinais: estudos de caso com alunos surdos da educação básica e de universitários surdos e ouvintes. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Florianópolis-SC, 2012.